

# Brasília e o desenvolvimento do Centro-Oeste



Municípios mineiros insistem em integrar a região econômica do Distrito Federal

Três programas estão sendo executados pelo Governo Federal, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico do Centro-Oeste brasileiro: a recuperação da zona do Pantanal mato-grossense, o Polocentro e o Geoeconômico de Brasília. São três instrumentos de maior importância que, em poucos anos, deverão estar produzindo frutos, principalmente em termos do estabelecimento do equilíbrio entre regiões.

Com a implantação de grandes estabelecimentos agropecuários em Mato Grosso e Goiás, a produção de gêneros alimentícios deverá aumentar em tamanhas proporções que o excedente possa contribuir para os Corredores de Exportação. Ao mesmo tempo, haverá atrativos para a colocação da mão-de-obra ociosa da região de Brasília, permitindo que a Capital tenha crescimento harmônico, sem problemas de ordem social.

A situação ficou claramente definida por ocasião da série de conferências organizada pelo Senador Cattete Pinheiro, Presidente da Comissão de Assuntos Regionais do Senado Federal, a fim de dimensionar o que se está fazendo e o que se pretende realizar na região em que se situa o Distrito Federal. Com isso, o Senado Federal procura, efetivamente, tratar dos problemas de Brasília, exercendo a atividade legislativa que a Constituição Federal lhe confere e que torna inócua as tentativas para que se instale o que vem sendo denominado de "Legislativo do DF".

Em alguns pontos, o trabalho a ser desenvolvido pelo Polocentro interessa ao Programa Geoeconômico de Brasília. E vice-versa. Por exemplo: a produção



A produção agropecuária é essencial à região de Brasília, e seu estímulo é previsto em todos os programas do Centro-Oeste

dos Vales do Paraná e do Paracatu, bem como a do eixo representado pela BR-080, são previstas pelo Programa de Brasília; mas vão possibilitar a entrega de recursos maciços ao Polocentro, para que este consiga fixar pólos agro-industriais dentro da área abrangida pela influência da Capital do País. Evidentemente, não haverá duplicidade de trabalho, num mesmo e determinado sentido. Pelo contrário, os programas se completarão, com este preenchendo os claros deixados por aquele. Quem lucrará com isso será todo o Centro-Oeste.

Convém salientar: embora o Distrito Federal se encontre na região do cerrado, o Programa Geoeconômico de Brasília tem características inteiramente diferentes do Polocentro. Enquanto este se volta exclusivamente para a produção, por ser econômico, aquele tem mais sentido social. A observação foi feita pelo sr. Nelson Jairo Ferreira Faria, Superintendente da SUDECO, durante a palestra que proferiu, perante a Comissão de Assuntos Regionais do Senado, a convite do Senador Cattete Pinheiro e como parte do I Encontro de Estudos e Debates sobre a região do Distrito Federal e do Centro-Oeste.

O sr. Jairo Faria salientou que o objetivo da administração pública é, em primeiro lugar, minimizar os fluxos migratórios que se dirigem para Brasília; em segundo lugar, fortalecer os núcleos urbanos da periferia de Brasília. A respeito, salientou:

— Em termos de minimizar os fluxos migratórios para a Capital da República, as ações devem ser concentradas nos grandes eixos que se dirigem ou partem de Brasília, ou que procuram ou chegam à cidade, tais como as rodovias BR-020, BR-251, BR-040, BR-050 etc.

Acredita o Superintendente da SUDECO que já se esgotou o fluxo migratório para o Norte. Atualmente, as frentes pioneiras continuam o curso perene rumo ao Sul. Daí tornar-se essencial criar "como que instrumentos em áreas concentradas, com programas e projetos bem definidos, integrados nos seus três setores de economia: na produção primária, na industrialização, na produção e núcleos de apoio de serviço".

No tocante ao programa para o Distrito Federal, o que se pretende é implantar equipamentos urbanos a nível de igualdade com Brasília, tanto no que se refere à qualidade como em relação à hierarquia urbana, que deve ser bem definida, na periferia da Capital do País. Tais centros urbanos devem ter maiores hospitais, nas maiores cidades, e ambulatórios nas cidades menores. Da mesma forma, o setor educacional será dimensionado: escolas primárias nos núcleos pequenos, podendo até atingir universidades, se a infraestrutura urbana assim o permitir.

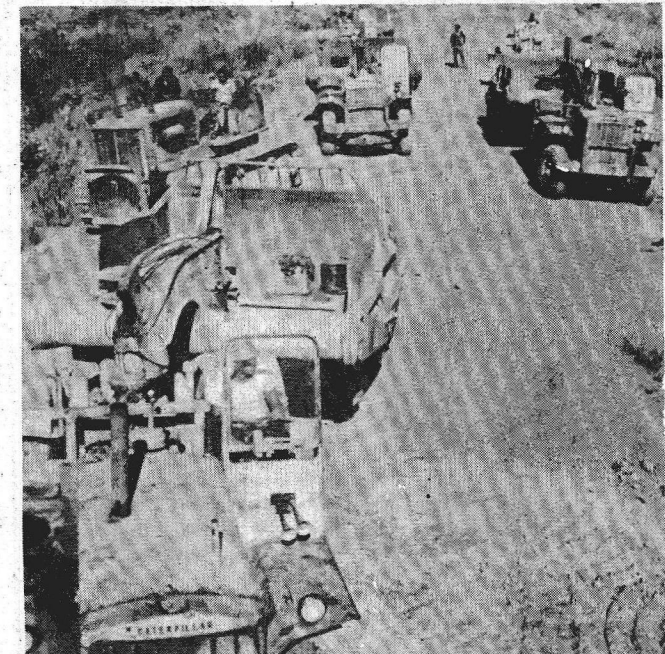
Verifica-se, na realidade, que o bom-senso está presente em toda a planificação econômico-social para o Centro-Oeste brasileiro. Isso está patente no que diz respeito à criação do Banco de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, previsto em lei. Ora, quando tal Banco foi incluído na legislação, há muito o Banco Regional de Brasília e o Banco da Amazônia vinham atuando como instrumentos creditícios da área. Criar-se novo Banco seria inconveniente, portanto, por isso mesmo, as autoridades federais preferiram manter o statu quo, a fim de evitar as inconveniências que fatalmente adviriam da instalação de mais uma entidade do gênero.

O Banco Regional de Brasília, como agente financeiro do Programa Geoeconômico de Brasília, atenderá grande parte dos financiamentos agropecuários, deixando outra parte ao Banco da Amazônia.

Em virtude da conjugação de esforços, no sentido de promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, vários Municípios mineiros e baianos procuram integrar-se à área geoeconômica da Capital da República. Os mineiros parecem os maiores interessados, e estão, inclusive, lutando para que seja completada a rodovia Brasília-Montes Claros. O Governo do Distrito Federal construiu o trecho dessa estrada, até o limite de Goiás com Minas. O restante, porém, não teve prosseguimento.

Unai, que é considerado importante produtor de gêneros consumidos na Capital Federal, por seu turno, reclama a conclusão das obras de terraplenagem do ramal que liga aquele Município a Brasília. Faltam apenas 60 quilômetros e, de acordo com as reclamações, grandes prejuízos já ocorreram nas obras; tais como desmoronamento, destruição de aterros etc. Em determinadas épocas, a rodovia fica intransitável. De acordo com as informações levadas à Comissão de Assuntos Regionais do Senado, pelo sr. José Adjuto Filho, "só agora o Governo do Distrito Federal resolveu dar uma demão, fazendo o encasalhamento". Indagam os produtores de Unai a razão de a estrada ter parado na divisa Minas-Goiás. Seria bom - dizem - que o II PND previsse a construção dessa estrada, que "é de maior significação para a integração do Município com o Distrito Federal". Os mineiros estão interessados, ainda, com o resultado da "planificação enviada pelo Governo de Minas, ao órgão federal próprio, relativamente à região geoeconômica de Brasília, no que interessa aos Municípios de Unai, Paracatu, Lagamar, João Pinheiro, Buritis, Formoso, Arinos e Bonfinópolis".

Pelo interesse demonstrado pelos Municípios mineiros e baianos, em relação ao Programa Geoeconômico de Brasília, é fácil verificar a importância dos trabalhos a serem implantados, em termos definitivos, para o desenvolvimento econômico da região. No tocante a Unai, é bom salientar que é o maior produtor de milho do País, tendo ultrapassado mesmo a produção de Patos de Minas. Daí a insistência dos mineiros, que pretendem financiamento aos produtores, em linhas que - segundo afirmam - ainda não chegaram até eles.



Esta é a estrada de Unai a Brasília. Ela fica intransitável, durante certas épocas, no trecho mineiro